

MARCOS LISBOA E SAMUEL PESSÔA

Em diálogo com: Ruy Fausto, Fernando Haddad, Marcelo Coelho,
Celso Rocha de Barros, Helio Gurovitz, Luiz Fernando de Paula,
Elias M. Khalil Jabbour, José Luis Oreiro, Paulo Gala, Pedro Paulo
Zahluth Bastos e Luiz Gonzaga Belluzzo

O valor das ideias

Debate em tempos turbulentos

Prefácio

Renato Janine Ribeiro



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2019 by Os autores

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Tereza Bettinardi

Preparação

Julia Passos

Revisão

Isabel Cury

Clara Diamant

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lisboa, Marcos

O valor das ideias : Debate em tempos turbulentos / Marcos Lisboa e Samuel Pessôa — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2019.

Em diálogo com: Ruy Fausto, Fernando Haddad, Marcelo Coelho, Celso Rocha de Barros, Helio Gurovitz, Luiz Fernando de Paula, Elias M. Khalil Jabbour, José Luis Oreiro, Paulo Gala, Pedro Paulo Zahluth Bastos e Luiz Gonzaga Belluzzo
ISBN 978-85-359-3215-7

1. Brasil – Política e governo 2. Brasil – Política econômica 3. Discussões e debates 4. Política i. Pessôa, Samuel. ii. Título.

19-24015

CDD-324.281

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Debates : Políticas e econômica : Economia 338.981

Iolanda Rodrigues Biode – Bibliotecária – CRB-8/10014

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Sumário

<i>Prefácio: O debate que faz falta — Renato Janine Ribeiro.....</i>	9
<i>Apresentação</i>	19
PARTE I: CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ESQUERDA: EM DIÁLOGO COM RUY FAUSTO E MARCELO COELHO	37
1. Reconstruir a esquerda — <i>Ruy Fausto</i>	39
2. A armadilha em que a esquerda se meteu — <i>Samuel Pessôa</i>	87
3. Ainda a esquerda — <i>Ruy Fausto</i>	109
4. Utopia e pragmatismo — <i>Samuel Pessôa.....</i>	132
5. Segunda resposta ao economista liberal — <i>Ruy Fausto....</i>	152
6. Texto para o lançamento do livro de Ruy Fausto <i>Caminhos da esquerda — Samuel Pessôa</i>	182
7. Será que governo Fernando Henrique foi tão de esquerda quanto o de Lula? — <i>Marcelo Coelho</i>	194
8. Esquerda precisa desapegar de crenças e fazer avaliação honesta de anos FHC — <i>Samuel Pessôa.....</i>	200

9. A retórica importa; a técnica também — <i>Marcos Lisboa</i>	207
---	-----

PARTE II: OS GOVERNOS PT: EM DIÁLOGO

COM FERNANDO HADDAD	209
---------------------------	-----

10. Vivi na pele o que aprendi nos livros — <i>Fernando Haddad</i>	211
11. Outra história — <i>Marcos Lisboa</i>	253
12. (Des)ilusões liberais — <i>Fernando Haddad</i>	275
13. De crise em crise — <i>Marcos Lisboa</i>	290

PARTE III: COMEDIMENTO E A CRISE DA POLÍTICA: EM DIÁLOGO

COM CELSO ROCHA DE BARROS E HELIO GUROVITZ	307
--	-----

14. O Brasil e a recessão democrática — <i>Celso Rocha de Barros</i>	309
15. A recessão democrática no Brasil: resposta a Celso — <i>Samuel Pessôa e Marcos Lisboa</i>	334
16. Recessão democrática: resposta a Samuel e Marcos — <i>Celso Rocha de Barros</i>	348
17. Autocontenção democrática: novos argumentos no debate com Celso — <i>Samuel Pessôa e Marcos Lisboa</i>	356
18. Autocontenção democrática: nova resposta a Marcos e Samuel — <i>Celso Rocha de Barros</i>	374
19. Contumélia e comedimento democrático — <i>Helio Gurovitz</i>	378

PARTE IV: HETERODOXIA À BRASILEIRA: EM DIÁLOGO COM LUIZ FERNANDO DE PAULA, ELIAS M. KHALIL JABBOUR, JOSÉ LUIS OREIRO, PAULO GALA, PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS E LUIZ GONZAGA BELLUZZO.....	399
--	-----

20. O funcionamento da economia segundo a direita e a esquerda — <i>Marcos Lisboa e Samuel Pessôa</i>	401
--	-----

21. Texto rebate críticas aos economistas heterodoxos de Lisboa e Pessoa — <i>Luiz Fernando de Paula e Elias M. Khalil Jabbour</i>	414
22. O núcleo duro da divergência entre ortodoxos e heterodoxos na economia — <i>José Luis Oreiro e Paulo Gala</i>	426
23. Uma crítica aos pressupostos do ajuste econômico — <i>Pedro Paulo Zahluth Bastos e Luiz Gonzaga Belluzzo</i>	432
<i>Notas</i>	451

Prefácio

O debate que faz falta

Renato Janine Ribeiro

Este livro, com treze autores discutindo economia e política, é um sonho de consumo intelectual. O que mais falta no universo acadêmico brasileiro é debate sério. Ou seja, entre pessoas qualificadas, com argumentos bons, divergindo, mas se respeitando. Pois é o que temos aqui.

O que se discute nestas páginas são essencialmente as políticas adotadas no Brasil nos anos Lula e Dilma, até a destituição da presidente Dilma Rousseff em 2016, o que suscita a pergunta sobre as causas e consequências do impeachment/golpe. As políticas sociais, marca absolutamente registrada e bem-sucedida do Partido dos Trabalhadores, são um pressuposto desse debate. Nenhum dos autores discorda da necessidade delas. Mais que isso: nenhum critica sua qualidade.

Essa convergência é condição para o tom *civilizado* da discussão. Se tivéssemos gente argumentando em favor da dimensão iníqua a que chega a desigualdade social no Brasil, não haveria esse solo *ético* que é comum aos interlocutores. Quer se deva a valores de esquerda (a igualdade é um valor ético, antes mesmo de ser útil

ou positiva para o desenvolvimento econômico), quer a valores liberais (não há liberalismo sem igualdade de oportunidades, que por sua vez multiplica a produtividade e a renda das pessoas), os autores concordam nesse ponto decisivo.

Mas, desde o afastamento de Dilma, os programas sociais deixaram de ser o ponto fundamental e inegociável da política brasileira — como tinham sido durante uma década e meia. Marcos Lisboa e Samuel Pessoa sustentam que eles perderam o protagonismo porque uma política econômica irresponsável, a de Dilma, cortou as bases para a continuidade deles. Como ministro que fui da Educação, no segundo mandato da presidente depois afastada, posso atestar que a falta de dinheiro foi fatal para a estabilidade institucional: os próprios apoiadores do governo e de suas políticas passaram a contestá-la, tão logo o orçamento começou a minguar.

A divergência aqui presente assim incide, essencialmente, sobre a política econômica. Não estão em discussão as políticas sociais, mas a política econômica; não o uso do dinheiro para reduzir a desigualdade, mas para promover — ou não — a economia; não o Bolsa Família, mas o que alguns chamam de bolsa empresário; não os valores ou fins sociais, mas os meios econômicos.

Embora a crítica de Lisboa e de Pessoa à política econômica seja severa, nenhum de seus interlocutores é defensor intransigente da forma como Dilma a conduziu. Fernando Haddad, o mais petista dos autores do livro, na verdade o único político aqui, cujo depoimento sobre seu mandato como prefeito de São Paulo abre a segunda parte da obra, conta um episódio de finais de 2012. Ele acabava de ser eleito para a prefeitura — e o governo Dilma lhe pediu que não elevasse as tarifas de transporte público, para não impactarem os índices de inflação. Foi um exemplo do que a oposição depois chamaria de “contabilidade criativa” — uma política que mascararia a realidade. E isso, quando Haddad tinha recebido,

durante a campanha, promessas — que não foram cumpridas — de recursos federais que ajudariam a cidade a resolver alguns de seus inúmeros problemas.

(É irônico que, meses depois, as ruas do país fossem tomadas contra o aumento na tarifa, que na verdade nem mesmo repunha a inflação do período desde o último ajuste, pelo menos no caso paulistano, e que essas manifestações marcassem o fim da lua de mel do Brasil com o PT e os inícios de sua debacle.)

Outra tese dos principais autores é que há uma continuidade entre o governo Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato de Lula, marcados ambos pelo compromisso com a estabilidade monetária e o controle fiscal. A seriedade com os gastos públicos, segundo eles, permitiu o desenvolvimento econômico e gerou recursos para um crescente (desde o governo FHC) investimento em políticas sociais. O problema, dizem, principia quando o aumento em gastos públicos se descola dos recursos disponíveis. Isso teria começado quando Antonio Palocci foi substituído no comando da economia pelo par Dilma Rousseff-Guido Mantega, no segundo mandato de Lula.

As dificuldades que se tornaram visíveis desde meados do primeiro mandato de Dilma, explodindo imediatamente após a reeleição, já estariam sendo incubadas desde o governo Lula. Não haveria um abismo entre o presidente popular e bem-sucedido e a presidente impopular e destituída, mas uma sequência. Por outro lado, existiria continuidade entre FHC e o primeiro Lula, o que leva os dois economistas — Samuel, mestre em física, prefere ser chamado de professor de economia, não de economista, mas por brevidade usarei este último termo para ele e Lisboa — a dizer que tanto FHC quanto Lula foram, ou são, social-democratas.

A grande maioria de seus onze interlocutores discorda deles.

Haddad observa que a desigualdade diminuiu, sim, sob FHC, mas apenas um pouco — e foi com Lula que ela caiu de maneira bem mais significativa.

Eu mesmo tenho insistido, como recentemente fiz em meus livros *A boa política* (Companhia das Letras, 2017) e *A pátria educadora em colapso* (Três Estrelas, 2018), na tese de que somente com Lula as políticas de inclusão social ocuparam o centro da agenda política brasileira, tornando-se irreversíveis. Esta a razão para que, entre 2006 e 2014, ninguém disputasse a chefia do Poder Executivo, federal, estadual ou municipal, sem realçar em seu programa eleitoral o fortalecimento dos programas sociais. Tudo isso pode ser datado da entrevista de Lula ao *Jornal Nacional*, logo após a vitória na eleição de 2002, quando, pressionado insistentemente pelos jornalistas a dizer o que faria com a economia, o presidente eleito redarguiu: “E da fome, ninguém vai perguntar?”. Desde aquele momento, a agenda política brasileira mudou. A inclusão social se tornou o principal tema, isso ao longo de quatro eleições.

Os temas sociais já surgiam desde os governos Itamar Franco e FHC — concordo nisso com Lisboa e Pessôa —, mas ainda não eram irrenunciáveis, não se tinham consolidado como as *principais* pautas políticas do país. Esse papel eles só vão adquirir durante os governos petistas, perdendo-o porém com o impeachment e levando a eleição de 2018 a ser a primeira, em nosso século, a não mais ter a questão social como o ponto decisivo em jogo.

Essa mudança entre FHC e Lula não é questão menor. Reconhecer uma continuidade de Itamar Franco a Dilma Rousseff na priorização da questão social, assim como — na educação — no período que vai do ministro Murílio Hingel à segunda gestão de Aloizio Mercadante no MEC, não significa igualar todas as suas políticas.

Se me parece haver exagero na tese de uma continuidade nítida entre FHC-2 e Lula-1, por outro lado é positivo que Lisboa e Pessoa constantemente apelem ao princípio de realidade, razoavelmente ausente de algumas leituras de esquerda, como por exemplo as de Ruy Fausto, que abre, com uma série de artigos bem escritos, o livro. Não há como discordar da crítica de Fausto à corrupção que ele aponta nos governos do PT, embora ela não tenha começado com o partido e sejam discutíveis tanto sua dimensão quanto o envolvimento de Lula e Dilma. Mas fica difícil, para quem trabalhou, por exemplo, *As mãos sujas*, de Jean-Paul Sartre — no meu entender um dos livros relevantes para se pensar a política —, desconhecer que, mesmo nos países mais democráticos, os compromissos necessários para executar uma política com frequência envolvem negociações que não são angelicais.

Desde o impeachment de Dilma, muitos à esquerda brandiram o argumento de que a aliança com o PMDB teria sido a causa de sua queda. Mas essa tese ignora que, se a ruptura com os partidos fisiológicos ajudou a derrubar o PT em 2016, sem tal aliança Lula não teria terminado sequer seu primeiro mandato. A política realista deu uma década de governo ao PT, de 2005 a 2016 — assim como, antes, garantiu a governança de FHC. Como diz Maquiavel numa passagem-chave de *O príncipe*, é melhor falar da política como ela é do que de Estados muito belos, mas que jamais existiram.

Uma reforma política é necessária, para reduzir severamente a corrupção, mas ela não é fácil e não depende apenas da boa vontade de um governo ou partido — justamente porque a corrupção está enquistada em nosso Estado, assim como a desigualdade social gritante está marcada a fundo na sociedade brasileira.

Este livro de acadêmicos, de intelectuais, teria um impacto diferente, fosse outro o resultado das eleições de outubro de 2018. Isso porque o autor Haddad não só foi ministro da Educação e prefeito de São Paulo, como também concorreu à Presidência da República nesse ano, perdendo-a por uma clara diferença de votos, mas mesmo assim obtendo 47 milhões de sufrágios, o que não é pouco.

Fica subjacente à tese de Lisboa e Pessoa que essa derrota é resultado de erros cometidos ao longo dos anos. A forte recessão que se abateu sobre o país, custando o mandato de Dilma Rousseff e depois permitindo a eleição de um absoluto outsider à Presidência, decorreria em última análise desses erros na política econômica. Não teria sido fruto das más alianças, como sustenta Fausto, mas de uma perda de apoio político causada por uma frustração intensa das expectativas depositadas nos avanços econômicos. O pior efeito de tudo isso, a longo prazo, foi retirar a inclusão social do centro dos programas eleitorais. Os candidatos vitoriosos na eleição presidencial e na maior parte dos estados, em 2018, deixaram em segundo plano a questão da pobreza e se concentraram na violência, na economia e na corrupção.

Ora, o Brasil tem duas grandes questões éticas. Uma delas é, sim, a do desvio do dinheiro público — mas qualquer estudioso de economia sabe que acabar com a corrupção não libera dinheiro suficiente para resolver o país. Esse é o tema histórico da direita, na verdade, o grande tema da incultura política brasileira, que data pelo menos de Gregório de Matos, tendo assim uns bons quatro séculos de tradição. A outra questão é a da exclusão social, que começa a ser combatida desde a fundação do quilombo de Palmares (a data que prefiro), em torno de 1580, mas assume a frente do palco somente nos últimos vinte ou trinta anos.

Infelizmente, as duas pautas não apenas vivem separadas, mas são utilizadas uma contra a outra. O resultado é que a mais

que necessária inclusão social, que passa essencialmente pela economia e pela educação, perdeu o protagonismo nas eleições de 2018. Por se tratar de um problema real, ela voltará à cena nos próximos anos. Como os eleitos não se comprometeram com ela, haverá forte descompasso entre a questão dita social e as chamadas esferas política e econômica, entre as necessidades e os sentimentos da maioria e sua não tradução institucional. Temos uma bomba a explodir à nossa frente.

Uma lição que se pode retirar de Hegel é que a tragédia ocorre quando dois lados opostos têm, ambos, razão. Mas têm razão um *contra* o outro. Não acontece a desejável e necessária síntese entre suas posições. Este livro é sinal de nossa tragédia. Deveria ser óbvio que sem dinheiro não se prossegue na inclusão social. Como relatei em *A pátria educadora em colapso*, a própria presidente Dilma Rousseff, falando em julho de 2015 a investidores norte-americanos, em Nova York, mencionou a necessidade da retomada econômica para *manter* — já não dava para ampliar — os programas sociais. Ela tinha noção do tamanho da crise.

Infelizmente, os beneficiários das políticas de inclusão a que ela deu continuidade, com uma redução significativa da miséria em seu primeiro mandato, não se deram conta disso. Um dos sintomas desse descolamento da esquerda em relação à realidade foi a longa e injustificável greve das universidades federais em 2015, que durou quatro meses: elas tinham recebido um aumento real nos salários superior a 20% nos últimos três anos, mas mesmo assim queriam mais dinheiro. Isso quando o desemprego já crescia no país.

O Brasil está condenado, se quiser se tornar um país justo, a fazer crescer seu PIB — e bastante. É esse ponto que dá razão a Pessoa e a Lisboa, embora, como se lê na quarta parte do livro,

haja economistas que proponham outras estratégias para o PIB subir. De todo modo, tenho notado, no debate sobre economia que ocorre desde 2014, a omissão do papel da educação. Ao mesmo tempo, a condenação que os dois economistas propõem das políticas de Dilma me parece severa demais. Erros foram cometidos, mas ela tinha a convicção de que, depois de anos de forte expansão das políticas sociais, era preciso fortalecer a base econômica delas; uma das medidas promissoras que adotou foi o Pronatec, um projeto ambicioso de ensino técnico; o programa Ciência Sem Fronteiras seguia o mesmo espírito. A história lhe fará mais justiça do que o presente imediato.

Este livro não esgota, até por tratar de sucessivos debates, as questões a que se propõe. Um de seus méritos está em abrir espaço para novas discussões. Como afirmei, não me convencem o caráter social-democrata do PSDB, que melhor teria feito se assumindo como partido liberal (e adotando pautas fundamentais do liberalismo, como a das pequenas e médias empresas, que ironicamente o PSDB nunca valorizou e acabaram sendo promovidas por Dilma, com seu ministro Afif Domingos); a crítica às alianças por vezes fisiológicas demais, mas inevitáveis num regime que soma um presidente eleito em dois turnos e uma proporcionalidade rigorosa na eleição dos deputados, o que exige negociações duras e difíceis para garantir a governança; a ênfase de Lisboa e Pessoa mais na rubrica de despesas (se quiserem, despesas e investimentos) do orçamento do que na das receitas, uma vez que não há social-democracia sem uma razoável ou forte progressividade dos impostos sobre a renda da pessoa física, bem como a propriedade de imóveis e de veículos; a dificuldade, sobretudo na esquerda, de compreender o quanto dependemos do crescimento do PIB para retomar e completar a inclusão social (não é raro, quando eu afir-

mo isso, que me respondam alegando que basta tirar o dinheiro da corrupção, ou do desperdício, ou ter vontade política; o problema é que, mesmo somadas, tais economias não bastariam para completar a agenda de inclusão social implantada desde 2003, ou a agenda de serviços públicos decentes exigida em 2013).

Pior: os anos de razoável convergência em torno de programas de inclusão social — e, neles, da primazia da educação — parecem ter acabado, pelo menos no que depende dos eleitos para a Presidência e para o governo dos estados mais ricos. Chegamos a um ponto em que a palavra-chave da presidente Dilma Rousseff era a defesa da igualdade de oportunidades — e em inícios de 2018, no programa *Roda Viva*, o candidato Guilherme Boulos, do PSOL, diria que socialismo era igualdade de oportunidades: ou seja, tanto a segunda presidente do PT quanto o concorrente histórico do PT à sua esquerda assumiam, como meta, o lema *liberal* por excelência. Essas convergências acabaram, não só devido ao impeachment, que dividiu as antigas forças democráticas, como também à ampla derrota infligida a ambas, PT e PSDB, pela extrema direita.

Daí que o debate elegante, inteligente e honesto, responsável pela qualidade deste livro, esteja hoje sendo substituído, em nosso país, por discursos e propostas sem futuro, que não veem esperança na educação, mas ameaça; que o ideal de Juscelino Kubitschek, presente por longos anos no Brasil, de “avançar cinquenta anos em cinco” esteja cedendo lugar à proposta do novo presidente de recuar cinquenta anos nos costumes.

Mas é nos momentos difíceis que podemos, devemos, pensar mais. (Caio Graco Prado, que foi um grande editor, uma vez me disse: quando falta dinheiro, as pessoas leem mais, querem entender o que está acontecendo — e mudá-lo.) No fundo, talvez aquilo de que o Brasil precise seja unificar projetos que em certo momento se tornaram — tragicamente — antagônicos. Em 2014,

na última eleição normal que tivemos para presidente, Dilma Rousseff insistia na *inclusão social*, que é a melhor finalidade, em termos de valores éticos, para um país como o nosso; Aécio Neves falava da necessidade de *recuperar a economia*, meio indispensável para fazer o Brasil funcionar, e mais que isso, ter recursos para a própria inclusão social; Marina Silva reiterava a importância da *sustentabilidade*, conceito que proveio da defesa do meio ambiente, e que é o melhor modo de aumentar o PIB, mas sem os desastres colaterais que convertem bônus de curto prazo em ônus enormes a longo prazo. Foi trágico que três pautas que deveriam se combinar tenham conhecido um conflito tão radical que o próprio equilíbrio institucional do país entrou em colapso.

Cabe a nós prolongar agora essa discussão tão bem iniciada neste livro. Não mais pensar apenas quais foram as responsabilidades pela crise a que chegamos, mas quais os meios de sair dela com um projeto consistente de crescimento sustentável e justo. Conseguir isso, num contexto de queda do poder aquisitivo, de tensão e mesmo ódio, será muito difícil, mas imprescindível. É o desafio suplementar que proponho aos autores — e aos leitores — deste livro essencial.

Apresentação

Este livro reúne quatro das polêmicas em que nos envolvemos nos últimos anos sobre a política econômica e a história recente do nosso país.

A primeira polêmica foi motivada por artigo do filósofo Ruy Fausto publicado na *piauí* sobre o papel das esquerdas depois das muitas transformações da economia mundial nas últimas três décadas. Fausto critica os governos petistas, as suas alianças políticas e a conivência com a corrupção. Alega também que a globalização teria levado à destruição do Estado de bem-estar e ao aumento da desigualdade. Samuel Pessôa comentou o artigo na mesma revista e argumentou que alguns fatos vão na contramão das teses de Fausto. Nos últimos vinte anos, por exemplo, a expansão do comércio mundial ocorreu simultaneamente a uma notável diminuição da pobreza nos países emergentes. Além disso, Pessôa critica a tradicional demonização do governo FHC e a incapacidade de avaliar corretamente a experiência social-democrata dos dois mandatos do peessedebista.

Um tema que percorre as muitas polêmicas deste livro —

notadamente a segunda, travada com Fernando Haddad — é o contraponto entre os governos FHC e Lula. Marcelo Coelho e Fernando Haddad afirmam que houve uma inflexão na política social a partir do primeiro mandato de Lula. Por outro lado, Lisboa e Pessôa argumentam que a expansão da política social foi similar nos dois governos, ainda mais quando comparada com o desempenho verificado no resto do mundo.

O governo FHC ocorreu em um momento de menor crescimento da economia mundial. O salário mínimo, porém, aumentou quase 20% acima da inflação em cada um dos seus mandatos. Já o governo Lula se deu em um momento de forte crescimento mundial, com os países emergentes crescendo 6% ao ano, enquanto o Brasil crescia cerca de 4%. O aumento do salário mínimo em cada um dos seus mandatos foi pouco acima de 20%.

Além disso, como observa Lisboa no debate com Fernando Haddad, há uma notável continuidade nas políticas econômica e social iniciadas por FHC e aperfeiçoadas por Lula, como o Bolsa Família, continuidade essa que foi criticada por muitos intelectuais de esquerda no começo do primeiro governo Lula.

A patente redução da pobreza e da desigualdade a partir de 2001 foi também observada na maioria dos países emergentes. O percentual de pessoas que viviam na extrema pobreza nesses países, excluindo a América Latina, despencou de quase 35% em 1996 para menos de 5% em 2013, segundo dados do Banco Mundial. No mesmo período, a extrema pobreza no Brasil caiu de 15% para 5%, a mesma queda observada no restante da América Latina. A estatística não parece identificar nenhuma ruptura na política pública no governo Lula que tenha contribuído para a queda da desigualdade, quase que integralmente explicada pelo desempenho do mercado de trabalho desde o fim do governo FHC. O mesmo desempenho explica a ainda mais notável queda da pobreza nos demais países emergentes e parece estar relacionada

com a expansão do comércio mundial, em vários casos fortalecida pela política de aumento do salário mínimo em muitos países, como no caso do Brasil desde os anos 1990.

As principais divergências entre Haddad e Lisboa dizem respeito às rupturas. Haddad argumenta, em nossa segunda polêmica, que a gestão Lula desde o começo apresentou diferenças importantes em relação ao governo FHC. Lisboa discorda e aponta diversas continuidades na política social e econômica. Para ele, a ruptura na política econômica teria ocorrido a partir de meados do segundo governo Lula, com o resgate da agenda nacional-desenvolvimentista. Haddad contrapõe, porém, que o segundo governo Lula apenas aprofundou a sua agenda de desenvolvimento tendo em vista a crise da economia mundial a partir de 2008. Os problemas com a política econômica, segundo ele, teriam se iniciado em meados do governo Dilma Rousseff.

A terceira polêmica sistematizada no livro foi suscitada por um artigo de Celso Rocha de Barros na revista *piuí*. Barros dizia que a direita brasileira desde 2015 vinha quebrando a regra de boa convivência política e optando pelas zonas cinzentas de nossa democracia. Tal ação da direita seria a responsável pela crise política que se instaurou a partir do impeachment.

Em comentário ao texto de Barros no blog do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), observamos que o PT optara pela zona cinzenta da democracia desde o governo FHC, e mais, que no começo do governo Lula o PSDB surpreendeu ao apoiar a agenda de reformas do governo Lula. O esgarçamento da política teria ocorrido em meados da década de 2000.

Como nas boas polêmicas, a troca de artigos entre Barros e nós no blog do Ibre-FGV resultou em alguns consensos e deixou mais claras as razões da divergência. Helio Gurovitz fecha o debate criticando a todos nós. Para Helio, não é possível definir com

precisão o que é zona cinzenta; a política deveria se ater exclusivamente à observância das regras formais.

Por fim, apresentamos um aspecto central de nossa participação no debate público: uma longa troca com Pedro Paulo Zahluth Bastos e Luiz Gonzaga Belluzzo, Luiz Fernando de Paula, Elias M. Khalil Jabbour, José Luis Oreiro e Paulo Gala sobre as diferenças entre os ditos “heterodoxos” e os “ortodoxos” na análise da economia.

Os heterodoxos defendem narrativas ambiciosas que combinam aspectos da história econômica e estudos de caso, ilustrados por dados econômicos. Os ortodoxos, por sua vez, utilizam modelos teóricos quantitativos para propor conjecturas precisas sobre aspectos econômicos muito específicos, que podem ser rejeitadas pelos testes estatísticos. Os primeiros, porém, criticam a suposta cientificidade da análise quantitativa e o recurso à econometria da abordagem ortodoxa.

As discordâncias entre heterodoxos e ortodoxos resultam em propostas distintas sobre a política econômica mais adequada para promover o desenvolvimento e a inclusão social. Durante anos a abordagem heterodoxa foi dominante no Brasil, mas a partir da década de 1990 a agenda de política econômica acabou polarizada pelos confrontos entre essas duas formas de analisar a economia e conduzir a política econômica, mesmo quando compartilham o mesmo objetivo para a política pública.

As quatro polêmicas aqui reunidas refletem profundas divergências tanto sobre o diagnóstico de temas da economia quanto sobre as propostas de política econômica.

Tais divergências poderiam apenas refletir a discordância sobre os objetivos da política econômica. Como argumentamos nesta introdução, no entanto, parece-nos que existem motivos adicionais para o debate polarizado sobre economia no Brasil. Afinal, mesmo

intelectuais com objetivos semelhantes, como a retomada do crescimento e a diminuição da pobreza, divergem sobre os meios e os instrumentos mais eficazes de intervenção pública.

As razões da dissensão parecem, em boa parte, decorrer da disputa partidária disfuncional entre PSDB e PT, partidos de centro-esquerda, alimentada pela existência de duas formas bem distintas de analisar a economia, a contraposição entre heterodoxos e ortodoxos.

Partidos fronteiros no espectro político, em que muitos militantes e intelectuais compartilhavam abordagens e visões de mundo, PSDB e PT acabaram se distanciando pela dinâmica da política e pelas alianças formadas na transição para a democracia. A polarização terminou por construir uma caricatura do governo FHC, que mascarou as divergências sobre as políticas públicas mais eficazes para retomar o desenvolvimento como projetos distintos decorrentes do conflito entre classes sociais.

O PSDB tornou-se, para alguns, o partido de direita, neoliberal e insensível ao desenvolvimento e à desigualdade social. O PT simbolizaria, por sua vez, o partido de esquerda comprometido com as minorias e a oposição às elites.

Como ocorre na retórica da política, um pouco de verdade justifica muita distorção na tentativa de construir a identidade da oposição.

Desde meados do século XX, a estratégia dominante de política econômica passava pela proteção da produção doméstica e pela concessão de subsídios e estímulos para a industrialização, contando inclusive com a forte participação de empresas estatais. Havia pouco cuidado com a disciplina fiscal e, com frequência, o governo recorria a medidas heterodoxas para enfrentar a inflação, como o controle de preços. Por fim, a política social, em particular a educação, era considerada pouco relevante para o desenvolvimento econômico e a redução da desigualdade de renda.

Heterodoxos e ortodoxos adotam abordagens distintas para analisar a economia, tornando difícil o debate. Os heterodoxos — e são muitas as suas correntes no Brasil — compartilham visões de mundo em que o papel da retórica é aglutinar evidências e argumentos para defender as intervenções que acreditam adequadas para a política econômica.

Já os ortodoxos não se caracterizam por uma visão de mundo comum sobre as prescrições de política econômica, mas apenas sobre o método pelo qual se pode tentar dirimir as divergências. Na análise ortodoxa, devem ser propostos modelos formais com conjecturas precisas que possam ser testadas empiricamente com o uso da melhor estatística disponível. Em alguns casos, a evidência parece bastante robusta, em muitos não. Daí os muitos debates entre economistas ortodoxos sobre, por exemplo, qual deveria ter sido a política fiscal nos Estados Unidos depois da crise de 2008. Ao contrário das muitas heterodoxias, a ortodoxia não tem como ponto de partida um conjunto de prescrições de política pública.

A heterodoxia, por outro lado, é cética quanto à ênfase da ortodoxia em modelos formais e seus testes estatísticos, argumentando que ela encobre uma ideologia liberal que vai na contramão das experiências bem-sucedidas de desenvolvimento econômico, como no caso da Alemanha e de países do Leste Asiático, como a Coreia.

A crítica à abordagem liberal e à expansão do comércio mundial ocorre igualmente nos artigos de Ruy Fausto e Fernando Haddad, que defendem a intervenção pública para limitar os movimentos do capital e garantir um desenvolvimento autônomo com promoção de maior igualdade social.

Por muito tempo, apenas a Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro e alguns economistas da USP faziam majoritariamente pesquisa em economia como nas principais universidades no exterior.

Esse quadro começou a mudar com o crescimento do de-

partamento de economia na PUC-Rio nos anos 1980 e as novas gerações de economistas com doutorado no exterior que questionavam os velhos dogmas, ainda mais tendo em vista a grave crise econômica e os seguidos fracassos dos planos heterodoxos para estabilizar a economia, que atingiu seu ápice no governo Collor. A inflação crescente, que chegou a 80% ao mês, convivia com empresas estatais que cobravam caro por serviços de baixa qualidade e empresas privadas pouco produtivas em comparação com as dos demais países. A economia fechada dificultava a difusão de novas tecnologias e o descontrole das contas públicas inviabilizava a estabilização da economia.

Os economistas ortodoxos, muitos associados ao PSDB, passaram a criticar a abordagem heterodoxa e a agenda nacional-desenvolvimentista no fim dos anos 1980. Segundo eles, a forma de intervenção do setor público na economia brasileira tornara-se disfuncional, desestimulando o aumento da produtividade e o crescimento da renda. A abertura ao comércio externo e as privatizações de algumas estatais seriam parte da agenda de reformas para garantir a estabilidade e retomar o crescimento econômico. Além disso, a política fiscal deveria garantir a sustentabilidade das contas públicas e a política monetária e assegurar a estabilidade dos preços. Por fim, a redução da desigualdade passaria pelo aumento da escolaridade das novas gerações, que resultaria no aumento da produtividade do trabalho e da renda dos indivíduos.

Depois da abertura da economia e do sucesso do Plano Real, o debate entre heterodoxos e ortodoxos tornou-se mais acirrado na academia e na formulação da política econômica, tanto nos dois governos de Fernando Henrique quanto no primeiro governo Lula.

Os heterodoxos defendiam o resgate da agenda nacional-desenvolvimentista, enfatizando o papel da política pública para estimular e apoiar o setor produtivo. Os ortodoxos, por sua vez,

defendiam uma política econômica mais liberal, com ênfase no papel da política pública para regular os mercados e focalizar os gastos públicos em educação e na garantia de proteção social para as famílias mais vulneráveis. Esse debate reverberava na condução da política macroeconômica com a crítica heterodoxa à ênfase ortodoxa na necessidade de equilíbrio das contas públicas e no uso da taxa de juros para controlar a inflação.

Invariavelmente, a equipe do Ministério da Fazenda procurava garantir o equilíbrio das contas públicas, administrar conflitos e promover reformas que permitissem o melhor funcionamento dos mercados. Ao mesmo tempo, muitos grupos no governo e na oposição defendiam a retomada do nacional-desenvolvimentismo. A imprensa documentou as frequentes críticas do Ministério do Planejamento, liderado por José Serra no governo FHC, à política econômica adotada pela Fazenda e à ausência de uma política industrial. Esses críticos defendiam que a política econômica deveria priorizar a concessão de crédito subsidiado e a proteção à produção local para estimular o desenvolvimento.

Tal conflito refletia a falta de consenso sobre a agenda econômica e resultou em um debate esquizofrênico. A política econômica liderada pelo Ministério da Fazenda era criticada tanto pela oposição quanto por aliados, incluindo ministros do próprio governo. Nas fases de crescimento, a política econômica, fosse do PSDB fosse do PT, resgatava medidas típicas da agenda desenvolvimentista. Nos momentos de crise doméstica aguda, porém, o governo optava pelos ajustes e pelas reformas defendidos pela Fazenda.

Nesse aspecto, os governos FHC e Lula foram bastante semelhantes. Em ambos, os críticos heterodoxos, no PSDB e no PT, defendiam a necessidade de o governo apoiar o investimento e a produção doméstica para viabilizar o maior crescimento da economia. O governo FHC adotou algumas medidas típicas do nacional-desenvolvimentismo, como as regras de conteúdo nacional